

## INICIATIVAS DE COMPRAS PÚBLICAS DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE DE CASOS NOS TRÊS ESTADOS DO SUL DO PAÍS

MARIA EDUARDA RANZI <sup>1</sup>, ROZANE MARCIA TRICHES<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Estudos demonstram que tentativas bem-sucedidas de realizar compras de alimentos de agricultores por parte do poder público têm a capacidade de proporcionar o abastecimento com baixos custos e promover a produção e circulação de mercadorias, ativando as economias e favorecendo a conexão entre produção e consumo (MORGAN e SONNINO, 2008). Neste sentido, destaca-se o papel do Estado como consumidor, e, portanto, incentivador de cadeias de abastecimento consideradas mais sustentáveis. Seguindo nessa perspectiva, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passariam a apresentar-se com grande potencial para ser utilizados como políticas de caráter estruturante, partindo do princípio de que, ao adquirir gêneros de agricultores familiares (AF), preferencialmente orgânicos ou agroecológicos, construir-se-ia uma nova demanda de produção ambientalmente mais equilibrada. Já em relação ao consumo destes alimentos, estariam no centro destas questões, a saúde e a segurança dos próprios consumidores.

Diante deste papel das compras publicas de alimentos, verifica-se especificidades e diferentes graus de avanço em relação à efetivação da inserção da agricultura familiar ou local nos mercados institucionais abertos pela alimentação escolar e pela modalidade de compra com doação simultânea do PAA. No entanto, raros estudos foram feitos no Brasil para investigar a modalidade de Compra Institucional do PAA. Portanto, este projeto visou estudar como está ocorrendo o processo de implantação e implementação do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 que estabelece no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, a partir de 1º de janeiro de 2016 (BRASIL, 2016). Para isso, abordou-se o caso dos Restaurantes das Universidades Federais da região sul do Brasil que fornecem milhares de refeições todos os dias à comunidade acadêmica. Nesta perspectiva estariam os AFs e os gestores públicos, preparados para esta nova legislação? Identificar o que tem feito a diferença para a conexão

1 Graduanda em Nutrição, instituição Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, *campus Realeza-PR*, contato: eduarda.ranzi@gmail.com

2 Docente do curso de Nutrição. Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza-PR. E-mail: rozane.triches@uffs.edu.br



entre consumo e produção de alimentos no âmbito das Compras de AFs para os Restaurantes Universitários nas experiências exitosas será útil para auxiliar os gestores públicos e a própria política na viabilização deste mercado, assim como abrir novas janelas de pesquisa para a academia.

## **2 OBJETIVOS**

Sistematizar e analisar três casos exitosos de Restaurantes Universitários do sul do país que vêm comprando produtos da agricultura familiar. Mais especificamente, verificar quais os processos de compras/contratação de serviços utilizados e as formas de gestão dos RUs, as formas utilizadas para compra de produtos de AF, identificar quais são os mecanismos de acesso construídos por parte das organizações de agricultores e EEs, bem como verificar quais são as articulações existentes entre atores públicos e privados que participam da elaboração e execução destas compras institucionais (desafios e soluções). Nesta análise, também se buscará identificar similaridades e diferenças entre os três casos analisados.

## **3 METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter qualitativo e foi realizada a partir de estudos de casos em três RU dos estados do sul do país. A partir de um diagnóstico de todos os casos do sul do país<sup>3</sup>, foram selecionados os três casos melhor sucedidos: 1) RU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – RS); 2) RU do Campus de Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – SC) e 3) RU da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL - RS) e então realizada entrevistas semiestruturadas diferenciadas para cada grupo de atores escolhidos por conveniência. Nestes, foram entrevistados o gestor responsável pelas compras e o responsável técnico pelo Restaurante da IFES ou na inexistência deste, do responsável técnico pela empresa contratada para prestar o serviço e os agricultores participantes, totalizando 28 entrevistados.

A análise dos dados qualitativos foi realizada pela categorização temática, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Esta pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética da UFRGS (87932018.6.0000.5347) e da UFFS (62708716.3.0000.5564).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Caracterização dos casos**

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), possui três campi com RUs, atende em média 35.400 refeições semanais (café da manhã, almoço e jantar) englobando as três unidades

<sup>3</sup> Projeto aprovado na ChamadaCNPq/MCTIC N° 016/2016.



mais um refeitório. Atualmente, a modalidade de gestão seguida pela instituição é a terceirização, por meio de um pregão eletrônico com contrato anual, realizando as compras dessa forma desde 2019. Os principais gêneros adquiridos da AF são grãos, conservas, frutas, laticínios e ovos, com destaque para os hortifrutigranjeiros, como alface, beterraba, cenoura, repolho, rúcula, tempero verde, etc. De acordo com o nutricionista fiscal de contrato, cinco Cooperativas participam desse processo além de outros agricultores que eventualmente realizam entregas. Os valores referentes aos gastos com compras advindas da AF variaram de acordo com a gestão do restaurante universitário. Nos anos de 2017-2018, em que era gerido pela UFPel através da Fundação de Apoio Universitário (FAU) foram destinados R\$ 2.622.750,11. Após passar pelo processo de terceirização, no período de fevereiro-maio de 2019 foram destinados R\$ 242.786,06 para as compras de produtos da AF.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) possui cinco campi com RU, destes, o mais exitoso é o do campus de Chapecó – SC. A modalidade de gestão seguida pelo mesmo é a terceirização total, com contrato de concessão de espaço, através de pregão presencial, sendo esses contratos anuais possibilitando renovação em sessenta meses. O restaurante universitário iniciou seu funcionamento no ano de 2014 e atualmente são servidas em torno de 850 a 1.200 refeições por dia (almoço e jantar). Quanto aos gêneros adquiridos, entre os anos de 2016 e 2018, de três Cooperativas diferentes, destaca-se com maior diversidade hortifrutigranjeiros, subdivididos em hortaliças, frutas, raízes e tubérculos. Em relação aos recursos direcionados pela empresa cessionária para a compra dos produtos da agricultura familiar foram aplicados R\$ 147.089,59, que representaria cerca de 14% do total gasto com alimentos entre 2016 e 2018 (PARIZOTTO, 2019).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui seis RUs que produzem em média 11 mil refeições/dia, sendo administrados por autogestão até 2017 e posteriormente iniciou-se o processo de terceirização. Em relação aos recursos, no ano de 2017, a Universidade ultrapassou a meta governamental, adquirindo R\$ 4.724.966,14, que representou quase 50% do valor total da aquisição de gêneros alimentícios da AF. Quanto às Cooperativas de agricultores familiares, nos anos de 2016 e 2017 foram contatadas nove Cooperativas distintas para participar do processo. Entre os gêneros adquiridos destacam-se frutas, vegetais, carnes e ovos. A aquisição de frutas e vegetais da agricultura familiar, apesar de crescente, foi menor se comparada a de carnes, lácteos e arroz (BARROSO, 2019).

**Mecanismos de acesso - trajetória e motivações dos atores sociais no processo de mudanças**

Verificou-se nos três casos que os interesses, as necessidades e as motivações dos atores para intentar uma mudança estão relacionadas às formas de coerção, às incertezas, aos limites e a outros constrangimentos que os levam a intervir no fluxo social para resolver problemas que lhe são particulares. Estes casos mostram que há necessidades e interesse pelo lado dos AF e suas Cooperativas em escoarem seus produtos que os motivam a buscar novos mercados. Por seu turno, em relação aos gestores públicos, observa-se que há uma coerção legal, mas isso não é suficiente para que os mesmos busquem formas de comprar produtos da AF (GIOMBELLI e TRICHES, 2019). Isso está mais determinado pela consciência dos atores envolvidos em atender uma demanda social e de segurança alimentar e nutricional que passa pelos consumidores dos próprios RU e dos AF. Já as empresas privadas que intermediam o processo não parecem ter interesses que não sejam o de maximizar seus lucros, e, portanto, comprar da AF só se efetiva quando os preços são menores ou quando são coagidas pelas Universidades a comprarem deste fornecedor sob pena de terem prejuízos se não o fizerem.

Como pontos que chamam a atenção para as diferenças relativas aos mecanismos de acesso dos AFs a estes mercados, pontua-se que em duas Universidades (UFRSG e UFPel) houve a utilização do PAA via chamadas públicas para compra de produtos da AF. Isto só ocorreu em função de terem como forma de gestão a autogestão e não a terceirização/concessão do RU. No caso da UFFS Chapecó este mecanismo (PAA) não pôde ser utilizado, pois a compra dos insumos é feita pela empresa Cessionária. Neste caso, as estratégias foram um pouco mais engenhosas para conseguirem, mesmo sem o uso do PAA, comprar produtos da AF, adicionando cláusulas ao Edital de Concessão. No entanto, as motivações alavancam os processos, mas isso não quer dizer que elas são suficientes para que ele vingue. A seguir apresenta-se os desafios que surgem e as estratégias que os atores utilizam para resolvê-los.

### **Desafios, soluções e resultados**

Percebe-se, através dos dados, que há diversas semelhanças nos três casos estudados. Para todas as instituições, o preço foi um empecilho para realizar as compras, assim como a logística e organização das Cooperativas e agricultores também foram recorrentes. Já entre os agricultores e Cooperativas o aspecto coincidente foi a competitividade com os valores de mercado e a necessidade de diminuir os preços para conseguir realizar as vendas. Ademais, a burocracia e dificuldade na compreensão do processo, os impossibilitaram de ser mais bem-sucedidos. De outra parte, observou-se que as narrativas utilizadas sobre os múltiplos benefícios destas aquisições se sobrepuseram às narrativas e contextos desfavoráveis. Isto só foi possível por meio do diálogo e da relação desenvolvida entre Universidades, empresas, Cooperativas e



agricultores, que colocaram face a face os envolvidos para chegarem em denominadores comuns, a partir de uma maior conscientização e, conseqüentemente, de um incremento na vontade de melhorar.

## 5 CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado e os conhecidos produzidos, possibilita-se levantar pontos sociais relevantes, como a importância da inserção dos agricultores familiares nos processos institucionais e demais esferas da sociedade, a visibilidade e o reconhecimento dessa forma de produção, assim como compreender as dificuldades enfrentadas por esse grupo social. As Universidades também são palco para o debate de pautas importantes, e têm papel fundamental auxiliando no desenvolvimento regional, na mudança de realidades e na produção de ensino, pesquisa e extensão que visam beneficiar a comunidade. Ademais, o papel do poder público na implementação de políticas públicas nesse contexto e também políticas intersetoriais, que fortalecem ações como a abordada nessa pesquisa, trazendo novas possibilidades de desenvolvimento de ordem social, ambiental, econômica e de segurança alimentar e nutricional, além de iniciarem debates pertinentes para a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIOMBELLI, G. P.; TRICHES, R. M. Public food procurement for restaurants of Federal Universities in Brazil: advances and setbacks in the implementation of sustainability transition. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, p. 1-19, 2019.

MORGAN, K; SONNINO, R. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. London: Earthscan, 2008.

TRICHES, R.M., et al. O Programa de Alimentação Escolar nutrindo o desenvolvimento: ideias e relações inovadoras. In: SCHNEIDER, S; MENEZES, M; SILVA, A.G; BEZERRA, I. (Org.). *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 1, p. 115-139.

\_\_\_\_\_. *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_; SCHNEIDER, S. *Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção*. *Saúde e Sociedade*, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos; Restaurantes Universitários; Compras Institucionais; Políticas Alimentares; Segurança Alimentar e Nutricional.

**Nº de Registro no sistema Prisma:** PES 2019-0241.

**Financiamento:** Fundação Araucária.